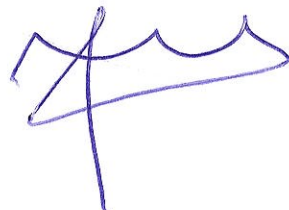


**17. PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UM CONSELHO MUNICIPAL DO IMIGRANTE, INTEGRAÇÃO E INTERCULTURALIDADE:**

Da **Vice-presidente Dr<sup>a</sup>. Sameiro Araújo**, submetendo à consideração do Executivo Municipal, com vista a aprovação da Assembleia Municipal, proposta de criação de um "Conselho Municipal do Imigrante", conforme proposta que se anexa.

A ns de Entus.

2104-28



Ex.mo Senhor,  
Presidente da Câmara,  
Dr. Ricardo Rio,

Nos últimos anos, o aumento da população imigrante constitui uma realidade cada vez mais notória e vincada na cidade de Braga. A cidade tem acolhido muito cidadãos estrangeiros que escolheram a nossa para construir o seu futuro.

Uma vez que a sua integração nem sempre constitui um processo fácil, a cidade deve tentar apoiar quem decidiu fazer dela sua, e cabe ao Município a responsabilidade de os apoiar auscultando os seus anseios, os seus desejos e os seus problemas.

Tendo tudo isto em consideração, e sem prejuízo das acções determinadas em sede do Plano Municipal para a Integração do Imigrante do Concelho de Braga, o Município propõe-se criar através do pelouro da Participação e Cidadania um “Conselho Municipal do Imigrante, Integração e Interculturalidade”, e cuja proposta anexo.


Este órgão, de âmbito municipal, sem personalidade jurídica, com funções de natureza consultiva, constitui uma plataforma de auscultação e de comunicação entre os imigrantes e o Município, e visa promover a articulação, a consulta, a troca de informação e a definição de estratégias de cooperação entre as entidades envolvidas e com intervenção relevante nesta área, permitindo ouvir os seus membros, perceber quais as suas dúvidas ou dificuldades, ou informar sobre os mecanismos existentes para os apoiar. É também um ponto de contacto entre as várias comunidades imigrantes, possibilitando a criação de sinergias e parcerias entre elas, promovendo um espírito solidário entre pares., bem como o contacto entre eles e o próprio

município, permitindo conhecer melhor as suas culturas, e possibilitando uma maior integração daqueles na nossa cidade.

O pelouro da Cidadania e Participação acredita que a promoção deste “Conselho Municipal do Imigrante, Integração e Interculturalidade”, constitui não só um elemento por excelência de participação e cidadania, promovendo os valores da democracia e da igualdade junto das comunidades imigrantes e locais, mas também, um meio de reconhecimento e concretização dos valores e princípios inscritos na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Braga, 26 de Abril de 2021

A Vice-Presidente

  
(Dra. Sameiro Araújo)

## CONSELHO MUNICIPAL DO IMIGRANTE, INTEGRAÇÃO E INTERCULTURALIDADE

### Preâmbulo

*O aumento da população imigrante constitui uma realidade cada vez mais notória e vinculada na cidade de Braga.*

*Nos últimos anos, a cidade tem acolhido muitos cidadãos estrangeiros que, por várias razões, escolhem a nossa cidade para viver o presente e construir o futuro. Cabe à cidade saber acolher e receber estas populações, com o maior respeito e carinho, desde logo pela dificuldade que constitui todo o processo de imigração: língua estrangeira, clima, questões económicas, e até hábitos e costumes diferentes do seu país de origem. A sua integração, por vezes, não constitui um processo fácil e a cidade deve tentar apoiar aqueles que a escolheram para viver. Faz parte do espírito democrático, aberto, global, cidadão e solidário, saber acolher os imigrantes e apoiá-los de forma a suavizar todos os processos de integração e construção de uma nova vida.*

*Os imigrantes terão, com certeza, muito a aprender com os bracaraenses, mas também estes terão muito para aprender com aqueles.*

*Assim, e sabendo que Braga tem sido uma cidade cuidadora e protetora daqueles que a escolheram para viver, cabe à Câmara Municipal a responsabilidade de os apoiar na sua receção. Entendemos que a melhor forma de o fazer, passa desde logo por saber auscultar os seus anseios, os seus desejos, os seus problemas, bem como conhecer melhor cada um deles, para que mais facilmente possamos encontrar melhores caminhos para este apoio.*

*Tendo tudo isto em consideração, e sem prejuízo das ações determinadas em sede do Plano Municipal para a Integração do Imigrante do concelho de Braga, o pelouro da Participação e Cidadania da Câmara Municipal de Braga, propõe-se criar um "Conselho Municipal do Imigrante".*

*Este órgão, de âmbito municipal, sem personalidade jurídica, com funções de natureza consultiva, constitui uma plataforma de auscultação e de comunicação entre os imigrantes e o*

*Município, e visa promover a articulação, a consulta, a troca de informação e a definição de estratégias de cooperação entre as entidades envolvidas e com intervenção relevante nesta área, permitindo ouvir os seus membros, perceber quais as suas dúvidas ou dificuldades, ou informar sobre os mecanismos existentes para os apoiar. É também um ponto de contacto entre as várias comunidades imigrantes, possibilitando a criação de sinergias e parcerias entre elas, promovendo um espírito solidário entre pares., bem como o contacto entre eles e o próprio município, permitindo conhecer melhor as suas culturas, e possibilitando uma maior integração daqueles na nossa cidade.*

*O pelouro da Cidadania e Participação acredita que a promoção deste “Conselho Municipal do Imigrante, Integração e Interculturalidade”, constitui não só um elemento por excelência de participação e cidadania, promovendo os valores da democracia e da igualdade junto das comunidades imigrantes e locais, mas também, um meio de reconhecimento e concretização dos valores e princípios inscritos na Declaração Universal dos Direitos do Homem.*



## CAPÍTULO I

### DISPOSIÇÕES GERAIS

#### Artigo 1.º

##### Definição

O Conselho Municipal do Imigrante, Integração e Interculturalidade, é uma entidade de âmbito municipal, com funções de natureza consultiva, de articulação, informação e cooperação.

#### Artigo 2.º

##### Objetivos

O Conselho Municipal do Imigrante, Integração e Interculturalidade, tem como principal objetivo o desenvolvimento de estratégias para:

- a) O acolhimento dos imigrantes na cidade, promovendo a ajuda e apoio adequados aos processos inerentes à sua legalização e integração bem como à sua adaptação e integração na sociedade portuguesa;
- b) O apoio para a procura de emprego;
- c) O apoio nas mais diversas áreas no âmbito das competências da Câmara Municipal;
- d) A realização de atividades, sejam culturais, sociais, ou outras áreas pertinentes, com o apoio do Município de Braga e/ou outras entidades colaborantes, tendentes à integração e conhecimento mútuo, bem como à plena realização das comunidades imigrantes, e que sejam suscetíveis de favorecer e reforçar a amizade pessoal, a colaboração académica, escolar e profissional e a solidariedade entre os imigrantes;
- e) A promoção, reforço e revigoração dos laços de solidariedade e interajuda entre os seus pares;
- f) A contribuição para o estabelecimento de laços de colaboração com as mais diversas entidades do concelho de Braga;
- g) A promoção da formação cultural e recreativa e extracurricular dos associados;
- h) A promoção da educação como fator imprescindível para o desenvolvimento integral das sociedades e para a existência e o reforço da paz, como uma dimensão fundamental da sua atividade;

- i) A procura de um espaço físico e humano aberto, de liberdade e responsabilidade, de amizade, de partilha e alegria, de busca e aprofundamento onde seja estimulado o diálogo permanente entre as comunidades imigrantes e a sociedade portuguesa;
- j) Combater a xenofobia, o racismo, o preconceito e a quaisquer outras formas de discriminação.
- k) A disseminação e respeito pelos princípios constantes na Declaração Universal dos Direitos do Homem;

### Artigo 3.º

#### Sede

O Conselho tem sede no Edifício dos Paços do Concelho, na Praça do Município, Braga, podendo, no entanto, funcionar em qualquer local da área geográfica do Município.

## CAPÍTULO II

### ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

#### SECÇÃO I

#### DA COMPOSIÇÃO E PRESIDÊNCIA

### Artigo 5.º

#### Composição

#### 1. Integram o Conselho como membros efetivos:

- a) O Presidente da Câmara Municipal;
- b) O Vereador responsável pelo Pelouro da Cidadania e Participação da Câmara Municipal;
- c) 1 representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho, a eleger em sede da Assembleia Municipal;

- d) Um representante da Comissão da Assembleia Municipal, respeitante à área de atuação deste Conselho;
- e) Um representante da Guarda Nacional Republicana, da Polícia de Segurança Pública e da Polícia Municipal de Braga;
- f) Um representante do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- g) Até 2 representantes das entidades, organizações e associações formalmente constituídas, que intervenham e atuem no âmbito da imigração, do concelho de Braga;
- h) Um representante da Segurança Social;

2. Integram o conselho como observadores:

- a) Os cidadãos interessados em participar, devidamente inscritos;
- b) Os representantes de entidades convidados pelo Conselho Municipal ou pelo Presidente da Câmara Municipal, que se entendam pertinentes.

Artigo 6.º

Presidência

- 1. O Conselho é presidido pelo Presidente da Câmara Municipal.
- 2. Compete ao Presidente abrir e encerrar as reuniões e dirigir os respetivos trabalhos, podendo ainda suspendê-los ou encerrá-los antecipadamente, quando circunstâncias excecionais o justifiquem.
- 3. O presidente é coadjuvado no exercício das suas funções por dois secretários designados de entre os membros do Conselho.
- 4. O Presidente é substituído nas suas faltas ou impedimentos pelo Vereador do Pelouro da Cidadania e Participação, ou por um membro da Câmara Municipal por ele designado.



## SECÇÃO II

### DAS REUNIÕES

#### Artigo 7.º

##### Periodicidade e local das reuniões

1. O Conselho reúne ordinariamente uma vez por trimestre.
2. As reuniões realizam-se em local do território municipal designado pelo Presidente.

#### Artigo 8.º

##### Convocação das reuniões

1. As reuniões são convocadas pelo Presidente, com a antecedência mínima de dez dias úteis.

#### Artigo 9.º

##### Reuniões Extraordinárias

1. As reuniões extraordinárias terão lugar mediante convocação escrita do Presidente, por sua iniciativa ou a requerimento de pelo menos um terço dos seus membros, devendo neste caso o respetivo requerimento conter a indicação do assunto que se deseja ver tratado.
2. A convocatória da reunião deve ser feita para um dos quinze dias seguintes à apresentação do pedido, mas sempre com antecedência mínima de 48 horas relativa à data da reunião extraordinária.
4. Da convocatória devem constar, de forma expressa e especificada, os assuntos a tratar na reunião.

#### Artigo 10.º

##### Ordem do Dia

1. Cada reunião terá uma "Ordem do Dia" estabelecida pelo Presidente, atendendo ao descrito nos artigos anteriores.

2. O Presidente deve incluir na ordem do dia os assuntos que para esse fim lhe forem indicados por qualquer membro do Conselho, desde que se incluam na respectiva competência e o pedido seja apresentado por escrito com a antecedência mínima de cinco dias sobre a data da convocação da reunião.
3. A ordem do dia deve ser entregue a todos os membros do Conselho com a antecedência de, pelo menos, oito dias sobre a data da reunião.
4. Em cada reunião ordinária haverá um período de "Antes da Ordem do Dia", para discussão e análise de quaisquer assuntos da competência do Conselho, não incluídos na Ordem do Dia.

#### Artigo 11.º

##### Uso da palavra

1. A palavra será concedida aos membros do Conselho por ordem de inscrição.
2. Os membros convidados e observadores poderão usar da palavra se o Conselho entender útil e autorizar a sua intervenção.

### SECÇÃO III

#### COMPETÊNCIAS

#### Artigo 12.º

1. Sem prejuízo de outras que lhe possam ser atribuídas, nomeadamente no âmbito do acompanhamento de iniciativas ou ações relevantes no âmbito da sua área de trabalho, são competências do Conselho:
  - a) propor ações tendentes à execução e concretização dos seus objetivos;
  - b) cooperar na defesa e disseminação dos direitos dos imigrantes;
  - c) contribuir para uma cidadania ativa e participada de todos.

## Artigo 13.º

### Grupos de trabalho

1. O conselho poderá constituir grupos de trabalho, que considere pertinentes, constituídos pelos seus membros, para a prossecução e concretização dos objetivos a que se propõe.
2. Os membros dos grupos de trabalho deverão ser eleitos em sede de reunião do Conselho.

## SECÇÃO IV

### DAS ATAS

## Artigo 14.º

### Atas das reuniões

1. De cada reunião será lavrada ata que registe o que de essencial se tiver passado, nomeadamente as presenças verificadas, os assuntos apreciados, os intervenientes, os pareceres emitidos, o resultado das votações e as declarações de voto escritas.
2. As atas são elaboradas sob a responsabilidade de um Secretário da Mesa, que as assinará com o Presidente e submetidas à aprovação do Conselho na reunião seguinte.
3. As atas ou o texto das deliberações podem ser aprovadas em minuta, no final da reunião.

## CAPÍTULO III

### DISPOSIÇÕES FINAIS

## Artigo 15.º

### Duração do Mandato

O mandato dos membros do Conselho Municipal do Imigrante, Integração e Interculturalidade, tem a duração do mandato autárquico.

#### Artigo 16.º

##### Apoio logístico

Compete à Câmara Municipal de Braga dar apoio logístico necessário ao funcionamento do Conselho.

#### Artigo 17.º

##### Casos omissos

Quaisquer dúvidas que surjam na interpretação deste regulamento, ou perante casos omissos, dúvida ou omissões serão resolvidas por deliberação da Assembleia Municipal de Braga.

#### Artigo 18.º

##### Produção de efeitos

O presente regulamento produz efeitos logo após a sua aprovação definitiva pela Assembleia Municipal de Braga.